

# PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO POLICIAL BRASILEIRA

*Fabiana Souza Pedraza; Alexandre José de Souza Peres; Danielly Martins da Silva; Luciana Dias Dorneles, Janete Maria Luiza Ferreira Gomes; Victoria Fagundes Salim; Widglan da Silva Cruz.*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS

## INTRODUÇÃO

A profissão policial apresenta riscos significativos de adoecimento devido à intensa dedicação ao trabalho, o que impacta negativamente a saúde mental dos profissionais. Essa situação frequentemente resulta em afastamentos, conflitos familiares e, em casos extremos, até mesmo suicídios. O trabalho policial é caracterizado por demandas físicas e emocionais extremas, aumentando consideravelmente o risco de desenvolvimento de transtornos mentais. Nesse contexto, a investigação da ocorrência de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) torna-se essencial para identificar grupos de risco e compreender as variações na prevalência dessas condições ao longo do tempo.

## OBJETIVOS

O objetivo deste estudo consistiu em investigar a prevalência de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) entre policiais de uma instituição situada na região centro-oeste do Brasil, através da análise dos dados de licenças médicas concedidas no período compreendido entre os anos de 2014 e 2022.

## MÉTODO

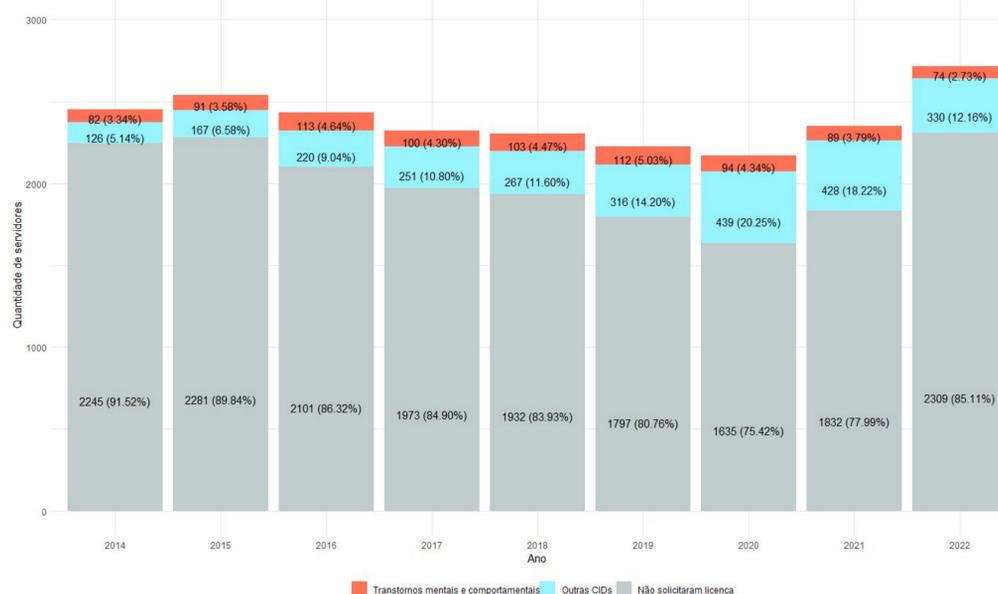
O estudo utiliza uma abordagem descritiva e epidemiológica para analisar a prevalência de TMC em policiais dessa instituição. Os dados das licenças médicas são classificados de acordo com a classificação internacional de doenças (CID-10), permitindo a identificação e análise das comorbidades. Essa análise detalhada proporcionará uma compreensão abrangente da distribuição dos diagnósticos entre os policiais afastados por motivos de saúde. Foram analisados dados da base de boletim médicos da referida instituição, assim como informações do sistema de recursos humanos da instituição mediante autorização, também obtivemos parecer favorável do comitê de ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

## RESULTADOS

Durante o período estudado, foram concedidas um total de 6.298 licenças médicas, afetando 1.944 servidores, resultando em uma média de 3,24 licenças por servidor. A análise dos registros administrativos revelou que a prevalência de TMC variou de 2,73% a 5,03%. Os transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes, foram os mais frequentes, representando entre 42,22% e 55,59% das ocorrências, seguidos pelos transtornos de humor, que variaram de 46,67% a 50,84%. Notavelmente, os TMCs representaram 30% do total de licenças médicas concedidas durante o período estudado.



**Figura 1** – Ocorrências de TMC mais frequentes no período estudado.  
Fonte: Elaborada pelo autor.



**Figura 2** – Prevalência de licenças para tratamento de saúde, 2014-2022.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

## DISCUSSÃO

A taxa de prevalência de licenças para tratamento de saúde em geral na instituição policial estudada variou em torno de 15% entre 2014 e 2022, alcançando um pico em 2020, com 24,58%. Estudos científicos sobre essa prevalência são escassos, com a maioria dos artigos concentrando-se em afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (TMC) e doenças musculoesqueléticas. Na instituição investigada, de 2014 a 2022, foram registradas 6.298 licenças para tratamento de saúde, sendo 1.907 por TMC e 4.391 por outras doenças. A prevalência de licenças por TMC oscilou em torno de 4%, alcançando o valor mais baixo em 2022 (2,73%) e o mais alto em 2019 (5,09%). Pesquisas anteriores, como a realizada por Castro (2016) na Polícia Civil de Santa Catarina (PC/SC), revelaram que entre 2010 e 2013, 31,1% das licenças estavam relacionadas a TMC. As causas desses afastamentos incluem a natureza estressante do trabalho policial e fatores relacionados ao ambiente de trabalho. Os transtornos mais frequentes abrangem aqueles neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes. Um estudo recente realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) entre 2020 e 2022 revelou que os profissionais da segurança pública no Brasil geralmente percebem uma baixa qualidade de vida, com níveis elevados de neuroticismo e esgotamento profissional, embora o rastreamento de psicopatologia não tenha indicado um adoecimento mental generalizado entre os participantes (Faiad et al., 2022). Em suma, a análise das licenças médicas concedidas aos policiais pode ser utilizada como um indicador para implementar medidas de prevenção e acompanhamento, visando a redução dos impactos negativos desses transtornos na saúde mental dos servidores.

## CONCLUSÃO

A comparação deste estudo com dados de outras forças policiais de diferentes Estados revela problemas similares relacionados ao adoecimento mental dos policiais em nível nacional, enfatizando a importância de abordar essas questões de forma abrangente e colaborativa em todo o sistema policial. Os resultados reforçam a necessidade de medidas preventivas para o cuidado da saúde mental dos policiais ao longo de suas carreiras, incluindo a implementação, como exemplo, de um Sistema de Intervenção Precoce em saúde mental na polícia. Além disso, a pesquisa da prevalência de TMC e suas categorias mais frequentes entre os policiais pode contribuir para a identificação de preditores de adoecimento mental e para o desenvolvimento de estratégias preventivas. Para mitigar as perdas entre os policiais, é fundamental adotar políticas e programas que promovam ambientes de trabalho saudáveis, ofereçam suporte emocional e treinamentos para a gestão do estresse, visando proteger a saúde e o bem-estar dos profissionais de segurança pública.

## REFERÊNCIAS

- Castro, M. C. D. (2016). *Trabalho do policial civil e afastamento por transtornos mentais*, [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169073>
- Faiad, C., Gomez, V. A., Murta, S. G., Zanini, D. S., Oliveira, S. E. S. & Nascimento, T. G. (2022). *Relatório Final: Pesquisa Nacional sobre Valorização dos Profissionais de Segurança Pública do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública-Pró-Vida*. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/8626/1/Relatorio\\_Final\\_Pesquisa\\_Diagnostico\\_2023\\_SE\\_NASP.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/8626/1/Relatorio_Final_Pesquisa_Diagnostico_2023_SE_NASP.pdf)